



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁSIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS – SUA RELAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO E O MERCADO
EDITORIAL (2001 – 2011)**

VALTER HALYSON LEAL DA SILVA

ORIENTADOR:
PROF. DR. VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL
NOVEMBRO DE 2011

**ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁSIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS – SUA RELAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO E O MERCADO
EDITORIAL (2001 – 2011)**

MONOGRAFIA APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIADO/BACHAREL EM HISTÓRIA

VALTER HALYSON LEAL DA SILVA

DATA DA DEFESA ORAL: 02 de dezembro de 2011

BANCA EXAMINADORA:
PROF. DR. ANDERSON RIBEIRO OLIVA
PROF. DR. ARGEMIRO PROCÓPIO

Dedicatória

Ao Professor Antônio José Barbosa, cuja dedicação ao exercício da docência inspirou e inspira vários alunos da graduação, incluindo a mim. Por apresentar-me a temática da história da Ásia, e incentivar com entusiasmo todos os pequenos passos tomados por mim em relação a área desde então.

Lista de tabelas

Tabela 1: Relações de importação e exportação com Estados Unidos e China (em relação ao Brasil)¹:

	Estados Unidos			China		
	Importação	Exportação	Balança Comercial	Importação	Exportação	Balança Comercial
2003	9,569	16,728	7,158	2,147	4,533	2,385
2004	11,357	20,099	8,742	3,71	5,441	1,73
2005	12,666	22,539	9,873	5,354	6,834	1,48
2006	14,657	24,524	9,867	7,99	8,402	0,411
2007	18,723	25,065	6,341	12,621	10,748	-1,872
2008	25,627	27,423	1,795	20,044	16,522	-3,521
2009	20,032	15,601	-4,43	15,911	21,003	5,092
2010	27,043	19,307	-7,735	25,594	30,785	5,191
Total:	139,674	171,286	31,611	93,371	104,268	10,896

Tabela 2:

	História da Ásia	História da China	História do Japão	História da Coreia	História da Rússia (URSS)
4 Universidades	- CHESNEAUX, Jean. <i>A Ásia Oriental Nos Séculos XIX e XX.</i> - PANIKKAR, K.M. <i>A Dominação Ocidental Na Ásia</i>	- SPENCE, Jonathan. <i>Em Busca da China Moderna – 4 Séculos de História.</i> - HAESBERT, Rogério. <i>China: Entre o Oriente e o Ocidente.</i>	-	-	-
3	-	- MEZZETTI, Fernando. <i>De</i>	-	-	-

¹ <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2477&refr=576>. Acesso em 21 de agosto de 2011, às 15:11.

Universidades		<i>Mao a Deng: A Transformação da China.</i> - POMAR, Wladimir. <i>A Revolução Chinesa.</i>			
2 Universidades	- BIANCO, Lucien. <i>Ásia Contemporânea</i> - FERRO, Marc. <i>História das Colonizações: Das Conquistas Até a Independência - Séculos XIII a XX</i> GIORDANI, D. M. <i>História da Ásia Anterior Aos Descobrimentos.</i>	- FAIRBANK, John King. GOLDMAN, Merle. <i>China: Uma Nova História.</i>	- SCHWARTZ, Gilson. <i>Japão de Olhos Abertos.</i>	-	-

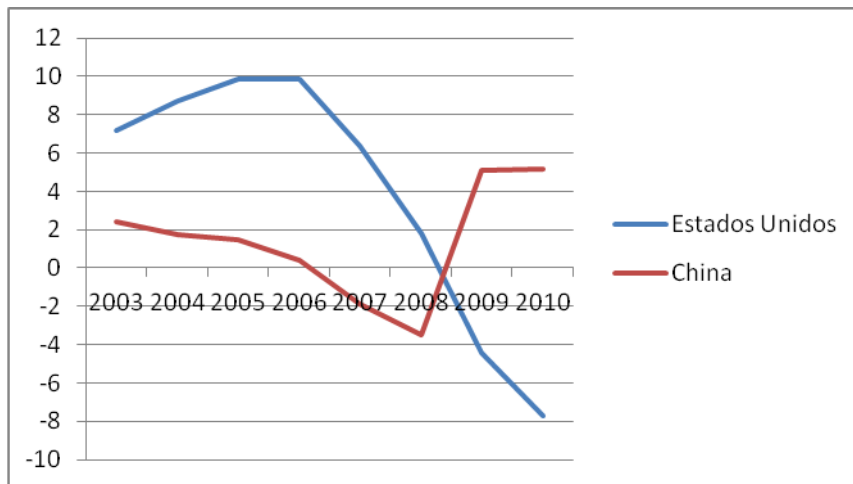
Tabela 3:

	História da Indochina	História da Índia	Outras Nações	Manuais de Teoria em Geral
4 Universidades	-	-	-	- SAID, Edward. <i>Orientalismo - O Oriente Como Uma Invenção do Ocidente.</i>
3 Universidades	-	-	-	-
2 Universidades	-	- RAGHAVAN, G. N. S. <i>A Índia.</i>	- LEWIS, B. <i>O Oriente Médio - Do Advento do Cristianismo Aos</i>	- NUNNENKAMP, Peter. <i>Experiências</i>

			<i>Dias de Hoje.</i> - MISHRA, Panjaq. <i>Tentações</i> <i>do Ocidente - A</i> <i>Modernidade na</i> <i>Índia, no</i> <i>Paquistão e mais</i> <i>além.</i>	<i>Asiáticas</i> - <i>Modelo Para o</i> <i>Brasil?</i>
--	--	--	---	---

Lista de gráficos

Gráfico 1: Balança Comercial em relação ao Brasil (2003-2010)



Resumo

A presente monografia tem como objetivo discutir acerca de uma das formas com que a temática da história da Ásia é abordada no país, tomando como recorte a última década e, como lugar de análise, as universidades públicas federais do país. O texto pretende abordar brevemente alguns dos ângulos possíveis de se ver a questão, oferecendo assim caminhos para que possíveis interessados possam aprofundar em um outro trabalho. Ao tentar situar a área de história da Ásia como uma que obtêm considerável atenção da sociedade brasileira, principal financiadora da universidade pública, o texto em um primeiro momento, a partir de situações episódicas recentes, busca averiguar em que posição Brasil e Ásia estão nos âmbitos de cooperação econômica, política, social e cultural. A seguir, busca-se na legislação (tendo como referência o parecer CNE/CES no. 492/2001, que fornece orientações para a formação dos currículos dos cursos de ensino superior) elementos que possam contribuir ou não para a criação de cursos de história da Ásia nas universidades federais. Por fim, o texto realiza uma breve análise de algumas bibliografias utilizadas por professores de história da Ásia, e as compara com uma amostra de obras com a temática da Ásia publicadas no mercado editorial brasileiro, na busca de identificação do grau de penetração dessas obras mais recentes – carregando consigo novas orientações historiográficas distintas das obras de 20 anos atrás – nas bibliografias utilizada e, portanto, dentro da universidade. Dessa forma, busca-se assim entender como a Ásia é vista e abordada nos departamentos de história do país.

Sumário

Introdução	09
Capítulo 1: Por que a história da Ásia?	12
Aproximações x Distância	12
Estreitamentos Políticos e Econômicos	15
Capítulo 2: A Legislação de Ensino Superior e a Temática de História da Ásia	18
O início da busca de novas tendências historiográficas	18
A lei e a temática da Ásia	20
Capítulo 3: O Mercado Editorial E O Ensino de História da Ásia	25
Os livros das editoras	27
As Bibliografias dos Cursos de História da Ásia nas Universidades Federais	31
Conclusão	39
Bibliografia	42
Declaração de Autenticidade	44

Introdução

Universidade de Brasília, março de 2011. O início do primeiro semestre do ano de 2011 também marca o retorno da disciplina “História do Extremo Oriente”² à oferta curricular, após 3 anos e meio de ausência. Originalmente pensada para comportar 100 alunos em duas turmas, uma em turno matutino e outra no vespertino, a disciplina suscitou o interesse de 130 estudantes, tendo 118 desses com a matrícula aceita, e uma fila de espera para comportar os 12 nomes restantes. O número acima do esperado de alunos resultou em salas lotadas³.

Além dos eventuais problemas de espaço dentro da universidade de Brasília, a situação relatada acima é fruto de uma questão que chamou a atenção de professores, funcionários e dos próprios alunos – o interesse dos estudantes de graduação em possuir uma formação, ainda que mínima, em história da Ásia. Após uma ausência de 7 semestres na oferta do departamento, a disciplina recebeu o interesse de toda uma nova geração de estudantes, alunos participantes de um importante momento de transição no curso de história da UnB, que nos últimos anos têm trazido novos professores, com novos objetos de estudo e perspectivas historiográficas.

O interesse manifestado de forma alguma é uma excepcionalidade, tampouco um mero acaso. É fruto de um contexto social, político, econômico e cultural que tem na Ásia um estandarte novo e quase inesperado. Após a crise econômica mundial de 2008, o Brasil reduziu os seus laços econômicos com os Estados Unidos e a zona do euro (consultar **tabela 1**), ambos buscando ao máximo evitar evasão de capital ao reduzirem as suas importações, e passou a ter na China o seu principal parceiro econômico. Além da intensificação de relações comerciais, China e Brasil têm realizado acordos de cooperação tecnológica e, ainda que de forma tímida, acordos de caráter cultural, buscando o aprofundamento do conhecimento dos países em relação ao outro.

A justificativa para esse interesse tampouco termina nas relações com a já maior economia daquele continente. As insurreições populares no mundo muçulmano⁴ impulsionam discussões entre diversos meios da sociedade, envolvendo conceitos como

² Ministrada pelo professor. dr. Antônio José Barbosa.

³ Tais condições adversas foram resolvidas apenas quando a direção da universidade transferiu os alunos para novas salas, grandes o suficiente para acomodarem os alunos. As salas estavam em um novo prédio da universidade, que mal tinha acabado de ser concluído³ e já comportavam diversas turmas e disciplinas.

⁴ Em países africanos como o Egito, Líbia e, mais recentemente, atingindo a Ásia com a Síria

“democracia”, “islamismo”, “fanatismo”. Especialistas econômicos e políticos são convidados a emitirem suas opiniões em veículos de comunicação em massa quase todos os dias, opiniões essas que são recebidas pelos mais variados segmentos sociais e que repercutem na sua visão acerca daquele continente e de seus povos.

Como instituição financiada pelos cofres públicos – provindos dos impostos pagos pela população brasileira – é dever das universidades federais do país fornecer uma formação acadêmica acerca de assuntos que possuem certa receptividade frente ao público geral, ou ao menos complementar a formação dos seus alunos, para que sejam aptos a atenderem eventuais demandas de conhecimento por parte da sociedade brasileira. É com essa linha de pensamento que esse trabalho se apresenta.

O objetivo geral é identificar a quantidade de cursos e a maneira pela qual são ministrados os cursos de história da Ásia pelas universidades federais brasileiras e entender os recursos que utilizam para fornecer formação nessa área. Também haverá uma investigação na legislação brasileira sobre os cursos de história nas instituições de ensino superior, buscando identificar itens que possam contribuir ou não para o surgimento de disciplinas com essa temática. Embora não tenha a pretensão de oferecer uma visão completa acerca do ensino de história da Ásia no país, o presente trabalho se apresenta como uma cartilha de sugestão de maneiras para se ver a questão.

Duas observações, todavia, devem ser feitas: de forma alguma se apresentará uma visão total acerca da avaliação de um curso ministrado dentro de uma universidade pública⁵, limitando-se somente à análise do que existe na forma de fonte primária, que seriam as obras utilizadas (ou recomendadas) pelos professores. O objetivo geral é identificar de que forma a legislação contribui ou não para o surgimento desses cursos e analisar o que as obras utilizadas tem a nos dizer sobre objetos e propostas de análise.

A segunda observação diz respeito à de que Ásia se fala. Ciente da diversidade de representações que já se associaram à idéia de “Ásia” e das artificialidades inevitáveis que qualquer construção historiográfica impõe ao conceito, optou-se por considerar o termo “Ásia” como um espaço geográfico ocupado por distintas culturas⁶.

⁵ Acredita-se que não há essa possibilidade por falta de fonte. Em quase todos os cursos observados ao longo da pesquisa para esse texto, não foi possível contatar ninguém que tenha feito o curso, além do fato de que a ementa era a única evidência da existência do curso que sobrara.

⁶ A razão para optarmos por essa classificação passa pelo fato de que tem sido a princípio a mesma adotada pelos docentes que montaram as principais fontes historiográficas desse trabalho.

Assim, as próximas páginas representam um trabalho de análise, ainda que parcial, sobre como se dá a formação em uma área que, apesar do repentino interesse do público universitário e social, ainda é vista como uma formação opcional na academia.

O presente trabalho se dividirá em três frentes: a primeira busca levantar dados e questionamentos que possam ajudar a responder a pergunta inevitável acerca do estudo de uma área (por que estudá-la? No que ela pode ser relevante para a formação do profissional em história?). É preciso primeiro se convencer de que aquela análise é necessária. Portanto, o primeiro capítulo têm como principal função o convencimento.

O segundo capítulo tem como objetivo investigar as condições para o surgimento de cursos de história da Ásia fornecidas pela legislação⁷ acerca do ensino de história nas universidades (mais precisamente, pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE), tomando como ponto de partida o parecer 492 de 2001 – que institui o primeiro grande esforço de aprimoramento do currículo desde as reformas institucionais e administrativas dos anos 70 – até a última legislação que tem por objetivo regular esse tema, a resolução no. 1 de 17 de junho de 2004⁸. Se por um lado pode-se cair na armadilha de superestimar o papel da documentação em um sistema federal de ensino como o brasileiro (em que a universidade possui autonomia administrativa e intelectual), por outro não se pode deixar de averiguar que condições elas criam ou não para o desenvolvimento de formações em história da Ásia.

Por fim, o terceiro capítulo diz respeito às condições materiais para o desenvolvimento desses cursos existentes de história da Ásia, tendo como referência uma análise a respeito da relação entre as bibliografias utilizadas por alguns professores – reunidas na forma de uma amostra de emendas de cursos de diversas universidades públicas federais - e o material encontrado e disponível a venda nas livrarias brasileiras. Através de uma minuciosa análise do material encontrado em algumas ementas⁹, tentará identificar o nível de penetração do material lançado pelas principais editoras brasileiras – material em que se supõe possuir o que há de mais avançado na historiografia sobre o continente – dentro da universidade e, por fim, que tipo de formação as bibliografias coletadas oferecem.

⁷ Não serão levadas em consideração pareceres e resoluções que tem por objetivo tratar de especificidades regionais, como os pareceres CNE 20/2003 e 164/2004.

⁸ Embora essa trate acerca de diretrizes curriculares para ensino de história africana e afro-brasileira, a resolução será utilizada na análise por dar-nos uma oportunidade de comparação entre áreas.

⁹ Como será relatado adiante, as ementas apresentadas representam uma amostra, e não a totalidade do material utilizado.

Capítulo 1: Por que a história da Ásia?

Precisamos, antes de fazer uma análise sobre a que ponto o ensino de história da Ásia está nas universidades federais brasileiras, refletir sobre a sua necessidade. A essa reflexão, cabe também repensar a função da universidade como instituição social. O sistema de ensino federal brasileiro, responsável pela gestão das universidades públicas federais do país¹⁰, garante um acesso gratuito aos alunos, que tem os seus estudos pagos pela contribuição da sociedade na forma de impostos. Portanto, a sociedade brasileira é credora da universidade, o lugar em que se produz conhecimento, e cabe a essa última servi-la ao fomentar pesquisas e tentativas de compreensão de assuntos que atraem a atenção da primeira.

Tendo em mente a afirmação acima, objetivo desse capítulo é fazer uma investigação breve sobre como as culturas brasileira e asiática se comunicam, e também de que forma as relações políticas e econômicas nos últimos anos têm refletido numa nova maneira de encarar o continente.

Aproximações x Distância

Nos dias 7 e 8 de junho de 2001, o ministério das relações exteriores brasileiro organizou uma série de conferências intitulada “O Brasil e a Ásia no Século XXI: Ao Encontro de Novos Horizontes”¹¹. Ao convidar acadêmicos, cineastas, cientistas sociais brasileiros e asiáticos, o objetivo do seminário era discutir, a partir de diversas óticas de observação, os contatos sociais, políticos, econômicos e culturais entre as duas regiões e de que maneira esses contatos poderiam se intensificar. Embora as conferências tenham sido realizadas há dez anos – tempo que é percebido quando o leitor entra em contato com diversos dados – algumas observações em respeito a fatores estruturais ou representativos de aproximação ou não ainda são pertinentes, dando assim a essas conferências uma importante função como fonte primária para esse trabalho.

¹⁰ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no. 9293/96.

¹¹ As conferências foram publicadas em 2003 pela editora IPRI. O material encontra-se disponível na internet pelo endereço:
http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=198&Itemid=41. Acesso em 1/10/2011, às 13:51.

Parte dos palestrantes atestou um grande esforço de aproximação entre as culturas brasileira e asiática. Atsushi Kubota¹² ilustra um significativo exemplo disso ao relatar o fascínio dos japoneses com a MPB:

Os senhores podem ficar surpresos, mas, por exemplo, a compreensão dos japoneses sobre a cultura brasileira, principalmente em relação à música popular brasileira, é muito profunda (...) No Japão, os discos antigos de MPB que não estão mais em circulação no Brasil estão à venda em CDs e as músicas da América Latina que estiveram em moda nos anos 60 continuam em moda no Japão e muitos japoneses têm muito respeito para com a música brasileira, mais do que em relação às músicas mexicanas ou cubanas.¹³

Kubota justifica a profusão da MPB no Japão com a maciça presença de trabalhadores brasileiros descendentes de japoneses residentes no país, os chamados *Dekasseguis*¹⁴. Segundo sua análise, os trabalhadores brasileiros levam consigo os discos, ouvidos pelos japoneses que passam a procurá-los nas lojas.

Outro ponto que torna a cultura brasileira conhecida na Ásia são as telenovelas. Jaime Spitzcovsky afirma que elas são tão difundidas no continente que, muitas vezes, se torna a principal referência de conhecimento sobre o Brasil: “Dang Bich Ha, historiadora e esposa de Nguyen Vo Giap, o célebre general vietnamita, disse-me em Hanói que a telenovela ‘Escrava Isaura’ era uma de suas principais fontes de conhecimento da história brasileira”¹⁵. Na China, a protagonista da novela, a atriz Lucélia Santos, possui até hoje status de grande estrela entre o público daquele país, de tal maneira que, em viagem diplomática da China, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva a convidou para integrar sua comitiva¹⁶.

Outros palestrantes, contudo, apresentaram conclusões mais pessimistas acerca do quanto uma cultura conhece da outra. Briam Bridges, professor de ciência política

¹² Ver nota de rodapé no. 4.

¹³ KUBOTA, Atsushi. “Imagens e Realidades: Sob a Ótica do Jornalismo”. In: FUJITA, Edmundo (org). O Brasil e a Ásia no Século XXI : Ao Encontro de Novos Horizontes. Brasília: IPRI, 2003. Página 88.

¹⁴ Expressão milenar, utilizado pelos japoneses para designar aquele que realiza um trabalho braçal ou, nas palavras de Tisuka Yamasaki, “trabalho sujo”. YAMASAKI, Tisuka. “Imigração, Identidade e Cultura: Uma Reflexão Pessoal”. In: Idem. Página 117.

¹⁵ SPITZCOVSKY, Jaime. “Brasil – Ásia. Um Esforço de Aproximação”. In: Idem. Página 103.

¹⁶ <http://diversao.terra.com.br/gente/noticias/0,,OI3527601-EI13419,00-Lucelia+Santos+e+reconhecida+na+China+por+novela.html>. Acesso em 1/10/2011, às 14:57.

em Lingham University, apresenta de forma sintética os principais obstáculos para o intercâmbio cultural:

Diversos fatores terão contribuído para a existência de laços comparativamente fracos entre o Brasil e a Ásia, ao menos segundo as percepções das pessoas que vivem em Hong Kong: distância geográfica, bagagens culturais diferentes, inexistência de laços históricos estreitos, à parte os laços óbvios com a Europa, bem como preocupações no pós-guerra, tanto na Ásia como no Brasil, com os vizinhos imediatos ou com as relações com os Estados Unidos.¹⁷

O autor prossegue a sua análise afirmando a existência de duas imagens sobre o Brasil na China. A primeira diz respeito às principais imagens que, em geral, são associadas ao país, como o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor, a floresta amazônica. Sobre a segunda imagem:

Mas as pessoas com as quais conversei também pareceram perceber que este é talvez um país rico com pessoas pobres, que existe grande diversidade dentro do Brasil. Infelizmente, tal exercício por vezes contribui para uma imagem bastante desfavorável do Brasil, pois continuamos a pensar no país como se ainda estivesse envolvido numa crise financeira.¹⁸

A análise de Bridges chama atenção para uma especificidade não mencionada pelos outros, que é a da sensação de “crise”. Embora o Brasil esteja vivendo um período democrático e economicamente estável, as crises econômicas e políticas dos demais países da América do sul repercutem na maneira com que o Brasil é visto, como se todos fizessem parte de um grande bloco em que as características individuais de cada um não ficassem evidentes quando observadas de longe.

Assim, todos esses apontamentos implicam um entendimento que possui uma via dupla. Existe certo esforço de comunicação entre as duas culturas, tendo como símbolos alguns elementos que encontram ampla receptividade nos mercados (novelas brasileiras e MPB na Ásia. Culinária, animes e mangás no Brasil).

Contudo, a visão que cada cultura possui da outra ainda encontra-se enquadrada em estereótipos e em esquemas amplos, dificultando assim um maior entendimento das

¹⁷ BRIDGES, Briam. “O Brasil e as Várias Ásias”. Opt. Cit. Página 91.

¹⁸ Idem. Página 93.

diferenças culturais. Se chineses e japoneses ainda vêem o Brasil como um país “rico com pessoas pobres” e instável (por ser enquadrado no contexto da América do sul, com as instabilidades políticas na Colômbia, Venezuela e dificuldades econômicas, como na Argentina e Uruguai), brasileiros também possuem dificuldades em diferenciar as culturas japonesas e chinesas, a entender o que se passa em Hanói e em Camboja, a identificar os povos árabes pelas suas características distintas e não como um único bloco.

Ao observarmos essa relação Brasil – Ásia pelo âmbito econômico, encontramos outro quadro. Capitaneado pelo estreitamento de laços entre Brasil e China, especialmente após a crise econômica de 2008, e pela maior presença de atividades industriais de países como a Coreia do Sul no Brasil, observa-se cada vez mais uma necessidade de conhecimento e informação como pré-requisito de garantia de sobrevivência política e econômica no mundo pós-2008.

Estreitamentos Políticos e Econômicos

A Ásia, capitaneada pelo desenvolvimento econômico chinês, vem adquirindo um importante papel no centro das relações econômicas mundiais desde 2008, ano da falência do sistema imobiliário dos Estados Unidos¹⁹. Tal configuração não é ignorada por governos e analistas econômicos, e hoje os BRICS, grupo formado pelos principais países emergentes²⁰ - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, encontram mais vantagem em estreitar laços comerciais e obterem uma independência em relação aos Estados Unidos e União Européia²¹ a tentarem obter acordos com os países desenvolvidos que hoje já não tem tanto a oferecer.

Hoje, o Brasil tem na China o seu maior investidor. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, no primeiro

¹⁹ Esse cenário certamente deve continuar nos próximos anos, visto que a zona do euro se balança entre a necessidade de cortar gastos sociais (gerando distúrbios, como o mais recente em Londres) e a de injetar dinheiro em elos mais fracos, como Grécia, Portugal e, agora, Espanha. O cenário se completa com a constante desvalorização do dólar e o rebaixamento dos títulos da dívida pública dos Estados Unidos pela empresa Standart's & Poor.

²⁰ É importante ressaltar que os BRICS não são um bloco econômico homogêneo, mas sim um indicador de vantagens comerciais entre os países listados.

²¹ Tal hipótese é também sustentada na reportagem de capa da Revista Carta Capital, No. 642, de 20 de Abril de 2011. Nela, afirma-se que o Brasil foi o país que mais recebeu investimentos da China no ano de 2010, e que seria mais viável para o país ampliar a cooperação com a China e os demais BRICS do que tentar abrir brechas na política protecionista dos Estados Unidos e da União Européia.

quadrimestre do ano de 2009, as transações comerciais entre Brasil e China atingiram o número de 10,2 bilhões de dólares, uma alta de 13,9% em relação ao ano anterior, enquanto os números de Brasil – Estados Unidos são de 11,7 bilhões de dólares, apresentando uma vertiginosa queda de 20,5%²². No final daquele ano, a China haveria ultrapassados os Estados Unidos, e o Brasil se manteria entre os 10 maiores parceiros comerciais do país vermelho, como ilustra a tabela 1.

As informações apresentadas nos dados estatísticos parecem confirmar a idéia de que, com a crise financeira de 2008 e a necessidade de injetar capital nos bancos e empresas americanas seriamente ameaçadas de falência, os Estados Unidos adotaram a política de redução drástica nas suas exportações. Para não sofrer com o impacto do fechamento do mercado americano, a saída encontrada pelos Brics²³, segundo uma reportagem na revista Carta Capital²⁴ de 20 de abril de 2011, foi a de estreitar laços comerciais entre si, reduzindo a sua dependência em relação ao mercado americano e a zona do euro. De acordo com essa análise, a aproximação do Brasil com a China comportaria também em maior proteção às vulnerabilidades do mercado externo.

Mas essa relação Brasil – China não se sustentará apenas no âmbito do comércio, gerando laços mais profundos e acordos de cooperação que irão muito além daquela. Segundo o economista brasileiro Wladimir Pomar:

Através de acordos no terreno do desenvolvimento econômico e das relações bilaterais, a China estimula a multipolaridade e um clima internacional que permita aos países em desenvolvimento e aos demais países pobres, entre os quais ainda se inclui, alcançar suas metas de crescimento e resolver seus problemas sociais.²⁵

A última viagem da presidente da república Dilma Rousseff à China, em abril de 2011, nos apresenta um exemplo dessa questão²⁶. Segundo reportagem no endereço

²² Todos os dados apresentados se encontram em:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9041>. Acesso em 24/06/2011, às 12:55.

²³ Ver nota de rodapé no. 11.

²⁴ Opt. Cit.

²⁵ POMAR, Wladimir. China – Desfazendo Mitos. São Paulo: Editora 13 e Publisher Brasil, 2009. Página 294.

²⁶ Complementando o trecho de Pomar, Jaime Spitzcovsky acrescenta: “Cada vez mais globalizados e com maior inserção na economia internacional, os países asiáticos entendem a necessidade em diversificar os alvos de suas parcerias políticas e econômicas, olhando com mais carinho e atenção para as novas oportunidades. A China, por exemplo, destaca incansavelmente os aspectos estratégicos de sua parceria com o Brasil.”. SPITZCOVSKY, Jaime. Opt. Cit. Página 105.

eletrônico do G1, o principal desafio da Presidente consistia em formar acordos que diversificariam as exportações brasileiras na China – um acordo econômico. Paralela às negociações, costuraram-se acordos para um investimento, vindo da empresa chinesa Huawei, no valor quantia de 300 milhões de dólares para a construção de um centro de pesquisa e desenvolvimento na cidade de Campinas, além da criação conjunta de um centro de nanotecnologia e um de “desenvolvimento da tecnologia para o uso de fibras de bambu em indústrias como a construção civil”²⁷.

Esses dados servem para ilustrar que a relação entre Brasil e China hoje vão muito além da simples dinâmica “importação-exportação”, tendo vital importância para a seguridade econômica do país. É a partir das relações com a China que encontramos hoje o cenário econômico mais promissor para aumentar as exportações brasileiras, e aliado a ele a conseqüente sofisticação da tecnologia dos meios de produção, por meio de investimentos público-privados.

Por fim, é necessário atestar que o papel do país sul-americano na relação Brasil – China possui semelhanças com as outras relações. Como se pode inferir de informações anteriores, o Brasil ainda é um exportador de *commodities* e importador de produtos industrializados chineses. Essa informação serve para retirar quaisquer tipos de ilusão sobre enriquecimento a partir das relações com a China, sem nenhum tipo de desenvolvimento industrial.

Retomando o primeiro parágrafo do capítulo, tal configuração implica um dever da universidade, como devedora da sociedade brasileira e fornecedora de membros para as profissões liberais, de oferecer instrumentos de formação para questões suscitadas pela atividade política/econômica do país ou por esforços de aproximação entre as culturas asiática²⁸ e brasileira. Mas, primeiro, é necessário averiguar se condições externas à universidade – como a legislação, favorecem ou não o surgimento desse tipo de formação.

²⁷ A citação e as outras referências citadas ao longo dos últimos parágrafos pertencem ao domínio: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/04/dilma-diz-que-brasil-nao-quer-ser-apanas-parceiro-comercial-da-china.html>. Acesso em 24/06/2011, às 12:49.

²⁸ Cabe ressaltar que o presente trabalho não considera a expressão “cultura asiática” como um bloco homogêneo, como visto anteriormente.

Capítulo 2: A Legislação de Ensino Superior e a Temática de História da Ásia

O início da busca de novas tendências historiográficas

O capítulo anterior buscou desenhar um esboço que justificaria o investimento das universidades federais brasileiras em uma formação específica em história da Ásia. A partir de referenciais políticos, econômicos e culturais, traçou-se um panorama de elementos externos à universidade. Tomando agora como norte a análise da legislação de ensino superior, em especial a que regulamenta a estrutura curricular dos cursos universitários de História, pode-se dar um olhar institucional sobre a questão²⁹. Eis o objetivo desse capítulo: investigar na legislação o que favorece (ou não) a oferta de cursos de história pertencente a eixos temáticos distintos do modelo tradicional, tomando em conta, obviamente, a temática da história da Ásia.

A idéia de um curso de história que abrangesse novos temas, objetos e correntes historiográficas que se diferenciavam do que chamamos como “tradicional”³⁰ vêm dos anos 70, coincidindo assim com o auge da repressão dos militares às universidades³¹. Segundo Selva Guimarães Fonseca, o contexto político do país fomentou os intelectuais a repensarem a maneira como o currículo de história na universidade era organizado:

O desenrolar das lutas políticas nos anos 1970 coloca para os historiadores novas necessidades de questionamento da produção historiográfica e do lugar ocupado por esta produção. Põem-se em questão as premissas do saber histórico, os temas e os problemas (...) E, como parte desse processo, passamos a viver a expansão do campo

²⁹ O presente trabalho têm consciência de que, no Brasil, o princípio da autonomia universitária permite à universidade o direito de abordar conteúdos e currículos da forma que melhor entender sem sofrer nenhum tipo de sanção do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Contudo, por fazer parte do sistema de ensino federal – diretamente administrado pelo MEC, a legislação analisada aqui será de boa serventia para analisar que tipo de diretriz é sancionada em caráter nacional.

³⁰ Entende-se tradicional aqui como a história das grandes personalidades, com uma linha evolutiva e eurocêntrica, e dividida entre antiga, medieval, moderna e contemporânea.

³¹ Cabe aqui lembrar a invasão dos militares à UnB no ano de 1968, ato que precedeu a substituição de diversos professores por outros profissionais mais inclinados ao regime e à perseguição de diversos estudantes que desempenhavam papel de liderança política. Ver *Barra 68 – Sem Perder a Ternura*. Vladimir Carvalho. Folkinô Produções Cinematográficas. 2001. A perseguição também se relacionava com o período em que novas abordagens em relação à chamada “história nova”, que se utiliza de preceitos de outras ciências sociais, começavam a entrar na Universidade, contribuindo assim para com os choques com o governo.

da história, por meio da busca incessante de outros temas e abordagens até então silenciadas na historiografia brasileira.³²

Adiante, a autora faz um diagnóstico desse processo de diversificação nos anos 80, constatando que, apesar dos esforços desenvolvidos desde a década anterior, ela não implicou em uma renovação de fato no caráter institucional:

O caminho da nova produção tomada como renovação é o de ampliar os instrumentos de análise (...) Entretanto, cabe questionar se esta ampliação não está sendo absorvida para os quadros e pressupostos preexistentes. Até que ponto ampliação significa renovação? A historiografia tradicional não continua sendo reiterada, por meio de alguns dos novos estudos?³³

Portanto, as discussões e reflexões acerca da maneira como o ensino de história era feito no âmbito do nível superior, fomentadas em um período de repressão militar a idéias consideradas “subversivas à ordem”, não necessariamente implicou em uma reforma institucional significativa nos anos finais do período militar. Mesmo as discussões, como assim é inferido no trecho de Selva Guimarães supracitado, encontravam-se ainda presas a um arranjo institucional fixo e tradicional, em que levava-se em conta a ampliação de objetos de estudo, e não necessariamente uma mudança de caráter institucional. Por fim, os “novos objetos” repensados diziam respeito à historiografia nacional, isto é, relacionava-se com temas que se vinculavam de alguma maneira com a experiência brasileira. Considerando o contexto político dos anos 80, tomado pela crise econômica e pela polaridade Estados Unidos – União Soviética³⁴, a temática da Ásia ainda parecia distante demais em relação a outros temas.

A esperada mudança institucional veio com a reforma das diretrizes curriculares nacionais, apresentadas pelos pareceres do CNE/CES³⁵ 492/2001, 1363/2001³⁶ e pela

³² FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus, 1993. 13ª edição. Página 119.

³³ FONSECA, Selva Guimarães. *Idem*. Página 121.

³⁴ Importante destacar que, embora a ofensiva soviética ao Afeganistão no início dos anos 80 e a guerra do Golfo no início dos anos 90, ocupassem espaço nos jornais e na mídia em geral, tais temáticas ainda encontravam-se sensivelmente distantes da realidade brasileira, tomada pelas discussões acerca das eleições diretas para presidente e das dificuldades econômicas vividas pelo país.

³⁵ Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação.

³⁶ Esse retifica o parecer 492/2001 como carta de orientação para a formação dos cursos de história.

resolução CNE/CES no. 13 de 13 de Março de 2002³⁷. Tais documentos foram elaborados a partir da exigência de apresentação de propostas curriculares de todos os cursos de graduação, consagrada no texto do edital no. 4 de 4 de dezembro de 1997 e necessária desde a promulgação da lei no. 9394/96, a última lei de diretrizes e bases (LDB) da educação nacional³⁸. Nesse capítulo interessa a análise do parecer CNE/CES 492/2001 e a resolução CNE/CES no. 1, de 3 de abril de 2001.

A lei e a temática da Ásia

Antes de passar para a legislação que têm no curso de história a sua razão de ser, optou-se por destacar um aspecto da resolução CNE/CES no. 1, de 3 de abril de 2001, que tem como objetivo estabelecer normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação no país.

O inciso número 5 assim define as condições necessárias para a autorização de funcionamento de um curso de pós-graduação *strictu sensu*:

§ 5º É condição indispensável para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de curso de pós-graduação *strictu sensu* a comprovação da prévia existência de grupo de pesquisa consolidado na mesma área de conhecimento do curso.³⁹

Embora tenha por finalidade obter a garantia de bons cursos pós-graduação *strictu sensu* a partir de um grupo de pesquisa atuante e que desenvolva atividades de forma autônoma, essa prerrogativa já apresenta uma evidente dificuldade na formação de cursos de especialização história da Ásia, área com poucos profissionais atuantes no país, o que gera por consequência um número minguado de grupos de pesquisa na área.

Acerca da legislação específica, uma consideração deve ser feita: Nenhum dos artigos detalha que tipo de conteúdos ou temáticas o curso de história deve abordar. A documentação prefere simplesmente estabelecer algumas diretrizes e intenções a serem

³⁷ Esse retifica a legislação anterior (492/2001 e 1363/2001) e estabelece o que a formulação do projeto pedagógico de cada curso deve conter.

³⁸ Informações retiradas de: FONSECA, Selva guimarães. ZAMBONI, Ernesta (org.). Espaços de Formação do Professor de História. Campinas: Papyrus, 2008.

³⁹ Resolução CNE/CES no. 1, de 3 de abril de 2001.

Disponível em: <http://www.proplan.ufam.edu.br/RESCESCNE12001.pdf>. Acesso em 10/10/2011, às 23:52.

seguidas pelas universidades, mencionando apenas esporadicamente que tipo de conteúdo deve merecer atenção especial⁴⁰. Dessa forma, a legislação entende abrir margem para uma orientação didática voltada às necessidades regionais (como a história regional), evitando assim que o currículo de uma região de centro dominem regiões periféricas que tem pouca similaridade para com aquele tipo de conhecimento.

O principal documento a carregar esse tipo de intenção é o já citado parecer CNE/CES 492/2001⁴¹. A historiadora Selva Guimarães Fonseca oferece uma compreensão bastante sintética das intenções do documento:

O texto enfatiza a formação de um profissional qualificado para o exercício da pesquisa, em consonância com as novas tecnologias, que domina competências e habilidades para o exercício da profissão de historiador e seja capaz de atuar no mundo globalizado (...) a preocupação central incide na formação do historiador.⁴²

Preocupado em situar o historiador em formação em um mundo globalizado, o documento, em seu texto introdutório, apresenta-se como o produto de uma série de debates e propostas sobre como tornar os cursos de história mais dinâmicos e em consonância com o mundo atual. Os anos 60, período em que nasceram os primeiros debates no âmbito acadêmico, são apresentados como um período de baixa qualificação do profissional em história, tornando necessário mais do que a simples promulgação de uma nova LDB para reverter o quadro⁴³.

Algumas mudanças importantes, contudo, já iniciaram-se nos anos 70:

A época inaugurada pela década seguinte, entretanto, em função de mudanças que se davam no seio da área de conhecimento e de transformações institucionais importantes - surgimento e expansão do regime de dedicação exclusiva, implantação progressiva de um sistema nacional de Pós-Graduação em História, aparecimento de um sistema consistente e permanente de bolsas de pesquisa para professores e alunos, mais tardiamente uma proliferação das revistas e outras publicações especializadas⁴⁴

⁴⁰ As áreas citadas aqui são a história afro-indígena brasileira e a história antiga.

⁴¹ Aprovado em 3 de abril de 2001, despachado pelo ministro da educação em 4 de abril de 2001 e publicado no diário oficial da união em 9 de julho do mesmo ano.

⁴² FONSECA, Selva guimarães. ZAMBONI, Ernesta (org.). *Idem*. Página 108.

⁴³ Parecer CNE/CES 492/2001, página 5. Disponível em:

http://r1.ufrj.br/graduacao/arquivos/docs_diretrizes/parecer_CES0492_letras.pdf. Acesso em 11/10/2011, às 14:34.

⁴⁴ *Idem*. Página 5.

Como se vê, as mudanças instituídas nos anos 70 ainda não representam uma reforma interna dos cursos de história, mas sim por melhorias determinadas pela reforma institucional da universidade – a lei no. 5.540/68⁴⁵, que implantou no Brasil o modelo universitário americano, com regime de dedicação exclusiva dos docentes e divisão de disciplinas por meio do sistema de créditos, sistema em vigor ainda hoje.

Adiante, o documento apresenta as razões “internas” para a necessidade de renovação do currículo. Segundo o texto, os anos de 1968 a 1980, os Estados Unidos e a França levantaram novas querelas epistemológicas e teóricas, que levaram à “formidável ampliação ocorrida nos objetos e enfoques disponíveis para os historiadores”⁴⁶, levando o currículo de então a ser encarado como “uma camisa de força”. Os debates entre os historiadores não abordavam questões como a simples inclusão de temas “ignorados” no currículo, mas sim que esse fosse repensado a partir das preocupações de sua época e seu lugar. Considerando que vivemos esse período do questionar constantemente a razão do dever historiográfico, é evidente que tal pensamento evidencia uma enorme conquista. Contudo, se apenas ampliar o número de temas abordados sem uma reforma institucional séria – perigo apontado pela Selva Guimarães Fonseca algumas linhas acima – não seria recomendável, parece conservador pensar apenas em uma abordagem mais diferenciada dos mesmos objetos e temas históricos. Se for verdade que a graduação é incapaz de esgotar todos os campos e possibilidades de estudo⁴⁷, também é igualmente verdadeira a necessidade que esse profissional tem de receber a formação mais ampla possível para que esse consiga atuar em um exigente mercado de trabalho, seja como professor da educação básica (um profissional com a tarefa de apresentar o mundo a crianças certamente precisa ser o mais informado possível) seja como profissional liberal.

Com essas considerações em mente, cabe a pergunta: se não necessariamente o currículo deve ser pensado a partir da ampliação de temas e objetos, como ele deve ser pensado? A natureza cosmopolita do documento o impede de responder de forma objetiva essa questão, a delegando para as universidades. O subitem 4 do documento,

⁴⁵ Revogada, com exceção do artigo 16, pela lei no. 9.394/96, a atual LDB.

⁴⁶ *Idem*. Página 5.

⁴⁷ “não seria possível, obviamente, tentar esgotar a totalidade do campo percebido para os estudos da História no âmbito de um curso de Graduação, cuja duração deve obedecer a limites de ordem prática e relativos aos custos aceitáveis na formação de especialistas”. *Idem*. Página 5.

com o título “Conteúdos Curriculares”, assim, reserva-se apenas à tarefa de traçar diretrizes gerais que devem nortear a formação desses currículos.

Segundo o documento, os conteúdos básicos e “complementares” (o uso dessa palavra já denota certo conservadorismo. O que seria então principal e complementar?) da área da História devem ser organizar sobre três princípios gerais:

1. Práticas de pesquisa historiográfica que problematiza os grandes recortes espaço-temporais.
2. Conteúdos de outras disciplinas que permitam um tratamento mais completo e especializado a uma temática, resguardando as especificidades de cada uma das áreas.
3. Conteúdos complementares que forneça uma instrumentação mínima, sem prejuízos de especificidade de cada área.

Esses três pontos permitem fechar a análise desse documento com a seguinte conclusão: preocupado em fornecer uma orientação geral para a formação do profissional de história, apto a atuar na sua área nos diversos segmentos possíveis para o exercício da profissão, mas sem cometer prejuízos em relação às especificidades de cada região do país, o parecer 492/2001 esquivou-se da tarefa de entregar um currículo rígido e definitivo, delegando aos departamentos de História espalhados pelo país a escolha das áreas que julgarem mais relevantes. Contudo, o documento ainda apresenta alguns resquícios de conservadorismo ao dividir o conteúdo histórico entre “básico” e “complementar”⁴⁸, sem especificar o que essa classificação quer dizer. O documento apresenta um evidente avanço (embora tenha trazido para o âmbito da lei uma discussão que já existia em outros meios tardiamente) em relação a períodos anteriores, mas em se tratando de incluir áreas menos “convencionais” – como a história da Ásia – fica a sensação de que poderia evoluir ainda mais.

Isso não significa, contudo, que o documento abandone qualquer tentativa de reivindicar uma maior participação de determinadas áreas no currículo. O próprio parecer se afirma com a tarefa de traçar diretrizes que possibilitem a formação de um profissional atento às necessidades surgidas em um mundo que precisa ir cada vez mais além para buscar explicações satisfatórias para o que acontece ao redor. O capítulo anterior buscou exatamente ilustrar o quanto a temática da Ásia interessa diversos

⁴⁸ *Idem*. Página 8.

setores da sociedade. Tomando em consideração que o que acontece lá hoje repercute aqui, formar um profissional atento às necessidades globalizantes inclui um maior entendimento sobre a Ásia.

Após observar a relevância ou não da temática da Ásia e se a legislação facilita o seu surgimento ou não, cabe enfim investigar de que forma os cursos de história da Ásia, abertos a partir de concepções semelhantes às levantadas pelo presente texto, se relacionam com o que é escrito. O material publicado aqui é atual ou ainda é dos anos 70 e 80? Que tipo de objeto é abordado? Há uma grande diferença entre o que é publicado nas principais editoras e no que está na bibliografia recomendada dos cursos? Que obras são mais utilizadas pelos professores? Essas serão as perguntas passíveis de investigação no capítulo seguinte.

Capítulo 3: O Mercado Editorial E O Ensino de História da Ásia

O Ensino de história da Ásia nos departamentos de história nas universidades Federais⁴⁹, em virtude da sua não-obrigatoriedade - implícita na ausência de menções a ela na redação do parecer do conselho nacional de educação e da câmara superior de educação no. 492/2001 - se dá, em uma análise generalizada, a partir de disciplinas optativas, estando assim fora da grade obrigatória dos currículos. Dessa forma, a despeito do contexto político e econômico que aproxima cada vez mais o Brasil a esse continente (contextos esses esboçados nos dois capítulos anteriores), os Cursos de História oferecem apenas uma análise generalizada para alguns alunos interessados, que por vezes não é suficiente para atender a demanda local⁵⁰.

Esse retrospecto apresenta um contraste em relação à atenção que algumas editoras têm dado para a área, publicando obras de determinados eixos temáticos (especialmente a História da China⁵¹). Contudo, a produção editorial brasileira em História da Ásia, embora em ascensão, ainda possui determinadas características limitantes.

O primeiro aspecto é que a maior parte da produção publicada se consiste, com algumas exceções, em obras de historiadores americanos e europeus sobre a Ásia. Esse aspecto faz com que a produção historiográfica local continue desconhecida aqui, inviabilizando assim uma maior compreensão dos pesquisadores brasileiros sobre a Historiografia asiática. Além disso, as demais obras oferecem apenas um “olhar estrangeiro” sobre o continente, aumentando os riscos de perpetuarem determinados

⁴⁹ Esse trabalho, por diversas razões, se abstém de tecer comentários sobre o estudo de ensino de História da Ásia nas Universidades Particulares e estaduais.

⁵⁰ Um exemplo disso é o Departamento de História da Universidade de Brasília, que no primeiro semestre de 2011 ofereceu 2 turmas da disciplina “História do Extremo Oriente”, após uma ausência na oferta semestral de 3 anos. Originalmente pensada para receber 100 alunos, a soma total de alunos matriculados foi de 118, com uma fila de espera de 12 alunos.

⁵¹ Dentre alguns autores, destacam-se Jonathan Spence (considerado o maior sinologista vivo nos Estados Unidos) com seus trabalhos sobre Matteo Ricci, Hong Xiuquan e o manual “Em Busca da China Moderna”. Julia Lovell, responsável pelo brilhante “A Grande Muralha – China Contra o Mundo”. Alain Peyrefitte e o seu extenso trabalho sobre a comitiva do lorde Macartney e o contato com a corte do imperador Qianlong “O Império Imóvel ou o Choque dos Mundos”. No Brasil, ênfase em Wladimir Pomar e seus estudos sobre a China vista do Brasil, recentemente publicados com o título “China – Desfazendo Mitos”.

anacronismos ou preconceitos que não passariam despercebidos para um historiador local.

O segundo aspecto é uma característica direta da primeira. Por publicar obras produzidas nos Estados Unidos e na Europa sobre a Ásia, as editoras brasileiras dependem da avaliação das editoras estrangeiras acerca das obras. Assim, a obra torna-se publicável no Brasil somente se apresentar vendas satisfatórias em outros países ou se conseguirem respaldo no meio acadêmico, garantindo ao menos a sua venda com o público universitário. Se, por um lado, esse aspecto opera uma filtragem do material publicado, garantindo assim, na teoria, uma qualidade superior do material, por outro ele engessa o conjunto de temas, objetos e abordagens consideradas como passíveis de boa venda pelas editoras, prejudicando a publicação de obras menos convencionais.

Por fim, o terceiro aspecto diz respeito à questão da data da publicação. Nos primeiros anos da segunda metade do século XX, o contexto geral da Ásia – com uma China imersa em fracassados planos quinquenais, uma Índia que se fragmenta em duas, uma Indochina que obtém atenção mundial com os acontecimentos no Vietnã e no regime Maoísta de Pol Pot no Camboja e a guerra Árabe-Israelense – gerou uma produção historiográfica característica, cujas perguntas levantadas já não servem para o estudante de História que inicia seus estudos no início do século XXI. As obras publicadas pelas editoras nesse período possuem o desafio de levantar novas perguntas acerca de uma Ásia que agora é vista a partir do crescimento econômico Chinês, dos debates que ligam o continente a esse país, como o caso do Tibet, a questão Árabe-Israelense e o reconhecimento formal do estado da Palestina por alguns países (incluindo o Brasil⁵²).

Por fim, um último aspecto que deve ser considerado diz respeito a um aspecto metodológico desse trabalho. Devido a impossibilidade de organizar as obras coletadas aqui a partir de eixos historiográficos delimitados (certamente nenhum intelectual conseguiria realizar a tarefa hercúlea de ler todos os trabalhos), a classificação do material será feita, majoritariamente, pela delimitação do seu tema. Se é verdade que

⁵² O reconhecimento Brasileiro do Estado da Palestina carrega o entendimento de que a Palestina seria a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e outros territórios ocupados por Israel em 1967. O Palácio do Itamaraty também reconhece a cidade de Jerusalém como a capital do estado Palestino. Informações em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/12/brasil-reconhece-estado-palestino-oficialmente.html>. Acesso em 27/06/2011, às 16:19.

nem sempre o tema infere os caminhos que o historiador tomará, é igualmente verdadeiro o fato de que o tema contém informações preciosas como o local, a faixa de tempo e, algumas vezes, até uma abordagem historiográfica. Entendendo as condições pelas quais essas obras passaram e serão analisadas neste texto, podemos nos debruçar em uma amostra do que as principais editoras do mercado brasileiro têm a oferecer.

Os livros das editoras

Para tentar entender o que as editoras em geral publicam em relação a história da Ásia, optou-se por reunir uma amostra de obras retiradas do catálogo das seguintes editoras: Companhia das Letras, Contraponto, Record, Unesp, Publisher Brasil, Página 13, Casa Jorge Editorial, UnB e L&PM.

Na lista de obras do catálogo⁵³ presente em seu site, a Editora Companhia das Letras apresenta 16⁵⁴ delas dedicada a uma temática da Ásia. A lista, apresentada a seguir, apresenta tanto obras referenciadas - e mais antigas - quanto trabalhos pertencentes a uma historiografia mais recente e atualizada:

ARMSTRONG, Karen. *Maomé - Uma Biografia do Profeta*.
HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*.
HOURANI, Albert. *O Pensamento Árabe na Era Liberal - 1798-1939*.
NAIPAUL, V.S. *Além da Fé - Indonésia, Irã, Paquistão, Malásia*.
NAIPAUL, V. S. *Índia - Um milhão de Motins Agora*.
LÉVY, André. *Novas Cartas Edificantes e Curiosas do Extremo Ocidente - Por Viajantes Chineses na Belle Époque, 1866-1906*.
SAID, Edward W. *Orientalismo - O Oriente como Invenção do Ocidente*.
SPENCE, Jonathan. *Em Busca da China Moderna*.
SPENCE, Jonathan. *Manual da Traição*.
SPENCE, Jonathan. *O Filho Chinês de Deus*.
SPENCE, Jonathan. *O Palácio da Memória de Matteo Ricci - História de uma Viagem: da Europa da Contra-Reforma à China da Dinastia Ming*.

⁵³ A lista apresentada a seguir não abrange todos os livros da editora que têm como objeto de estudo a Ásia. Conferem apenas as obras registradas pelo site da editora na categoria "História". Também foi tomada a atitude de apresentar aqui livros em que a temática da Ásia seja o objeto central do texto, deixando de lado trabalhos dedicados a Ásia apenas alguns capítulos ou que a inserem em um contexto mais geral.

⁵⁴ Nesse número estão contidos tanto as obras disponíveis quanto as indisponíveis para o mercado.

WINCHESTER, Simon. *O Homem Que Amava a China - A Fantástica História do Excêntrico Cientista que Desvendou os Mistérios do Império do Centro*.
XINRAN. *Testemunhas da China - Vozes de Uma Geração Silenciosa*.

Essa breve lista tem como principal característica uma multiplicidade de objetos de pesquisa, que vão desde China até áreas pouco estudadas, como a História Paquistanesa e da Malásia. Ela também abrange um sentido geral de Ásia, que vai desde o chamado Oriente próximo, tendo como principal objeto de pesquisa os países árabes, quanto o “Extremo Oriente”, de Japão China e Índia como os objetos centrais.

Na lista figuram obras clássicas e bastante difundidas e discutidas no meio acadêmico, como “Orientalismo – A Invenção do Oriente Pelo Ocidente” do intelectual palestino Edward Said, o manual de Jonathan Spence “Em Busca da China Moderna” e a obra de V. S. Naipaul, “Índia – Um Milhão de Motins Agora”.

Contudo, ela apresenta uma diversidade em questão de interpretação e análise Historiográfica⁵⁵, apresentando desde obras de cunho Biográfico (Maomé – Uma Biografia de Um Profeta, de Karen Armstrong), que abordam questões de representação identitária e também do outro (o interessante livro de André Lévy sobre a visão da Europa como um continente exótico visto sob olhos de viajantes chineses e o trabalho quase jornalístico de Xinran em seu “Testemunhas da China”). O conjunto diverso de objetos dá a essa lista uma visão panorâmica do Continente, oferecendo uma alternativa diferente da tradicional análise Historiográfica de estudo de um “centro”, com uma “periferia” a circundando e sendo diretamente afetada pelo que acontece no centro.

De todas as editoras pesquisadas, a Companhia das Letras foi a que mais ofereceu material. As outras⁵⁶ apresentaram apenas esparsas obras diluídas em catálogos que privilegiaram outras áreas, mas tomadas em conjunto ainda apresentam um material vasto em questão de análise metodológica e objetos apresentados:

Editoras Publisher Brasil e Página 13

POMAR, Wladimir. *China – Desfazendo Mitos*.

Editora Página 13

⁵⁵ Importante destacar o que foi dito anteriormente: as informações historiográficas das obras que dispomos são as que se podem obter a partir do título das obras.

⁵⁶ As observações apontadas nas notas 11 e 12 valem também para o catálogo das editoras apresentadas aqui.

POMAR, Wladimir. *O Enigma Chinês – Capitalismo ou Socialismo*.

Editora UNESP

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Iraniana*.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*.

RICHIE, Donald. *Retratos Japoneses*.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Revolução Vietnamita*.

Editora L&PM⁵⁷

ALLETON, Viviane. *Escrita Chinesa*.

BALTA, Paul. *Islã*.

FAIRBANK, John K. GOLDMAN, Merle. *China - Uma Nova História*.

MITTER, Rana. *China Moderna*.

SCHILLING, Voltaire. *Ocidente x Islã*.

Editora Contraponto

FROMKIN, David. *Paz e Guerra No Oriente Médio*.

GRANET, Marcel. *O Pensamento Chinês*.

Casa Jorge Editorial

PEYREFITTE, Alain. *O Império Móvel Ou O Choque dos Mundos*.

Editora Record

JOCELYN, Ed. MCEWEN, Andrew. *A Longa Marcha*.

LOVELL, Julia. *Grande Muralha - A China Contra o Mundo*.

MENEZIES, Gavin. *1421 – O Ano Em Que A China Descobriu O Mundo*

MENZIES, Gavin. *1434 – O Ano Em Que Uma Magnífica Frota Chinesa Velejou Para A Itália E Deu Início Ao Renascimento*.

PIPES, Richard. *História Concisa da Revolução Russa*.

WEATHERFORD, Jack. *Gengis Khan e a Formação do Mundo Moderno*.

Editora UnB

MEZZETTI, Fernando. *De Mao A Deng – A Transformação da China*.

As 22 obras apresentadas acima, ao contrário do Catálogo da Editora Companhia das Letras, possuem um conteúdo mais homogêneo e poucas propostas

⁵⁷ Aqui presentes obras tanto da coleção “L&PM Editores” quanto da “L&PM Pocket”.

metodológicas diferentes. A influência do crescimento econômico da China, iniciada a partir das reformas rurais no início dos anos 80 e estendidas para o cenário urbano posteriormente, repercute bastante nessa seleção, ilustrando um evidente interesse econômico das editoras em publicar obras sobre temas que estão mais evidentes no mercado. Um exemplo claro disso é o contraste entre obras publicadas sobre a China, desde 2010 a segunda maior economia global⁵⁸, e sobre o Japão, país em profunda recessão econômica que, desde o Tsunami de 12 de Março de 2011, apresenta dificuldades em manter a sua produção.

A lista também apresenta obras que carregam teses que não se sustentam nos debates acadêmicos e encontram eco apenas fora da Universidade, caso das obras de Gavin Menezies, que apresentam uma frota marítima Chinesa atuante em locais contestados por outros historiadores.

Contudo, a seleção ainda apresenta algumas propostas de análise interessantes para se pensar a História da Ásia no contexto atual. O livro de Wladimir Pomar “China – Desfazendo Mitos”, publicado pela Publisher Brasil e Página 13 em 2009, apresenta uma coletânea de diversos artigos publicados durante 20 anos que, entre diversos eixos de análise, tem como objeto principal o crescimento econômico Chinês, sua inserção no mundo globalizado e de que modo ele se relaciona com o sistema fechado do país. Tendo por eixo a idéia de “desfazer mitos”, Pomar faz uma análise que situa a China sob um olhar brasileiro, uma reflexão que indica de que maneira a experiência chinesa afeta a sociedade brasileira e como ela pode, a partir dela, beneficiar-se ou prejudicar-se. Talvez a obra de Pomar seja a única das apresentadas anteriormente que buscam situar uma função para o estudo de história da China no Brasil a partir do viés econômico, algo que não seria possível em uma obra publicada há 20 anos.

Em suma, a produção editorial brasileira de livros de história da Ásia ainda se encontra em um ritmo lento e numa quantidade inferior em relação a outras temáticas. Contudo, o material ainda consegue oferecer uma análise historiográfica renovada e atualizada em relação às obras clássicas sobre o assunto, além de estabelecer uma conexão entre as experiências asiática e brasileira, algo que pode ser ampliado com um incentivo das universidades federais para estudo da experiência asiática e na sua função na sociedade brasileira.

⁵⁸ Segundo notícia publicada na BBC Brasil no dia 14 de Fevereiro de 2011, o Produto Interno Bruto do Japão no ano de 2010 fechou em 5,474 trilhões de dólares, enquanto o da China fechou em 5,8786 trilhões de dólares.

O mercado editorial brasileiro, assim, apresenta um leque ainda pequeno de opções, mas oferece uma gama de interpretações e análises historiográficas frescas e renovadas. Dessa forma, as universidades públicas federais possuem um interessante material para ser utilizado nos cursos de História da Ásia.

O uso desse material, entretanto, ainda está longe do ideal e encontra pouco eco nas universidades⁵⁹ brasileiras. A míngua oferta de cursos em história da Ásia e a quase ausência de grupos de estudo e de cadeiras específicas para docentes dessa área certamente contribui não somente em dar à disciplina um caráter ocasional⁶⁰, mas também em retardar a entrada dessas obras dentro da universidade, que mantém cursos com uma bibliografia muitas vezes atrasada e datada.

A ausência de um professor para se dedicar de forma exclusiva a essa área, e de um planejamento constante dentro dos departamentos de história para ela, faz com que os cursos de história da Ásia sejam construídos sob uma bibliografia que privilegia muitas vezes os “clássicos”, obras dos anos 70 ou 80 que se encontram desatualizados em relação ao contexto atual, que exige do profissional de História a formulação de novas perguntas e novos eixos temáticos e metodológicos⁶¹.

As Bibliografias dos Cursos de História da Ásia nas Universidades Federais

Durante o ano de 2010, foi realizada uma pesquisa por este autor sobre o material utilizado nos cursos de história da Ásia existentes no país. Todos os departamentos de história das universidades federais foram sondados acerca da disponibilidade de uma lista bibliográfica sobre o assunto. O conteúdo da mensagem enfatizava a natureza da pesquisa e a sua finalidade, numa tentativa de driblar eventuais desconfianças que poderiam surgir.

⁵⁹ Consultar nota 9.

⁶⁰ Cabe aqui novamente citar o caso da Universidade de Brasília, que não possui uma cadeira específica para a História da Ásia. Assim, a disciplina “História do Extremo Oriente” – única do currículo voltada para o Continente Asiático – depende da disponibilidade do professor Antônio José Barbosa, ocupante de uma cadeira de História Contemporânea.

⁶¹ A crítica que se procura colocar nessa parte do texto diz respeito, como se poderá constatar adiante, a uma pura análise Bibliográfica. O trabalho não pretende aqui fazer uma avaliação completa dos cursos de História, na medida em que entende que o profissional possui competência para compensar as falhas existentes na bibliografia utilizada.

A pesquisa teve retorno, contudo, de apenas quatro Universidades: Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁶², Unisa Digital, Universidade de Taubaté e Universidade de Brasília (UnB)⁶³. Se por um lado esse número reduzido dificultou o prosseguimento da pesquisa, por outro ela revela a posição periférica que os cursos de História da Ásia ocupam. Certamente o número não corresponde ao total de universidades que oferecem aos seus alunos uma formação na área, mas ele reflete bem a falta de um maior suporte pelos Departamentos de História das Universidades.

O material coletado foi dividido em nove categorias, criadas a partir de uma concepção espacial⁶⁴: História da Ásia, História da China, História do Japão, História da Coreia, História da Rússia (URSS)⁶⁵, História da Indochina, História da Índia, Outras Nações e Manuais de Teoria em Geral (esse último se afastando do viés geográfico). A partir dessa classificação, buscou-se identificar os livros mais utilizados pelos cursos lecionados.

Duas considerações devem ser levadas em conta aqui. A primeira é que, com exceção da UnB, não foi possível saber em quais semestres os cursos das universidades citadas foram dados pela última vez. Contudo, a disponibilidade digital do material indica que certamente os cursos foram oferecidos ao longo da primeira década do século XXI. É importante ressaltar essa questão para a consideração dos resultados da pesquisa, mas ela não impede uma conclusão como a que foi desenvolvida aqui.

A segunda diz respeito a o que está sendo apontado no texto. A análise acerca do curso de história da Ásia se dará somente a partir da análise bibliográfica, não cabendo aqui críticas a respeito do modo como se conduz o curso. O que está sendo argumentado é se essa bibliografia se aproveita do que o mercado oferece de mais fresco ou não.

O primeiro aspecto que se observa ao examinar as listas bibliográficas dos cursos é de que as produções recentes do mercado editorial brasileiro praticamente não aparecem na lista. Os seis cursos montam a sua bibliografia a partir de um conjunto

⁶² A emenda enviada pela UFBA foi enviada por Correio por uma das docentes do Departamento que, apesar de não ter participado do curso, felizmente tinha uma cópia impressa da Bibliografia. Infelizmente, não tenho registrado o nome dela, mas fica aqui o meu agradecimento.

⁶³ No caso da UnB, foi utilizada a ementa da disciplina “História do Extremo Oriente”, lecionada em 2007. Na época, por razões óbvias, não foi possível o aproveitamento da ementa do curso do primeiro semestre de 2011.

⁶⁴ Tal critério de classificação foi dado em virtude do próprio conteúdo das obras que, talvez com exceção das obras que abordam os árabes, delimitam o seu objeto de estudo a idéia de nação.

⁶⁵ Devido ao critério espacial adotado pela classificação, era coerente colocar a Rússia devido a sua maior porção territorial asiática, embora em diversos manuais e correntes historiográficas ela apareça como uma nação “européia”.

específico de manuais, obras gerais que servem de base para todas as discussões do curso. A discussão acerca desses manuais utilizados por essas ementas será retomada mais adiante.

Na tentativa de preencher as diversas lacunas que os manuais tradicionais não ocupam, as listas se utilizam de recursos variados. Recorre-se desde capítulos específicos de obras mais gerais a alguns textos publicados em Espanhol, provavelmente esses últimos incorporados antes da primeira década do século XXI, quando ainda havia poucos livros sobre Ásia nas estantes das livrarias brasileiras. Também, na tentativa de suprir a falta de uma historiografia asiática, recorre-se a textos de personalidades participantes da História Política e Militar da região (como Mao Zedong e Ho Chi Mihn).

Quase todas as obras em espanhol seguem a linha geral das bibliografias, sendo manuais gerais de História da Ásia. A UFBA utiliza o livro de Lucien Bianco, “Asia Contemporanea”⁶⁶ e um manual simples publicado em Beijing, “Breve Historia Moderna de China”⁶⁷, livros também utilizados pela USP, que acrescenta a eles o livro de Romila Thapar “Historia de La India”⁶⁸. A UnB é a universidade que mais se utiliza desse recurso, colocando na sua ementa 5 livros, sendo que apenas 2 deles⁶⁹ fogem da linha do manual.

A falta de uma análise de Historiografia local faz com que UFBA, USP e UnB recorram a dois livros particulares, escrito por Ho Chi Mihn⁷⁰ e Mao Zedong⁷¹. Embora tente dar voz a indivíduos que, em geral, são conhecidos através de olhos estrangeiros, a falta de uma variedade nesse aspecto culmina em uma dificuldade em fornecer abordagens distintas, fazendo com que os cursos caiam na tentação de se contentarem com uma visão historiográfica tradicional, pautada por grandes acontecimentos e biografias de grandes líderes.

Somente a Unisa Digital apresenta uma alternativa para essa questão, apresentando uma obra de um historiador asiático sobre a China, publicada em Taiwan

⁶⁶ Mexico: Siglo Veintiuno, 1991.

⁶⁷ Beijing: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1980.

⁶⁸ Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1969.

⁶⁹ São esses, ambos de Michiko Tanaka: *Cultura popular y estado em Japón (1600-1868)*. México, El Colégio de México, 1987; *Movimientos campesinos em la formacion de Japon moderno*. México, El Colegio de Mexico, 1976.

⁷⁰ *Ho Chi Minh: Política (série Grandes Cientistas Sociais)*. São Paulo: Ática, 1982.

⁷¹ *Obras Escolhidas de Mao Tsetung*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. 4 vols. Curiosamente, nenhuma ementa adicionou “O Livro Vermelho”, que possui diversas edições brasileiras, na lista.

em 1962 – “Um Resumo da História da China”⁷², de Chi-Ping Cheng. Embora ainda pertença a categoria de “Manual”, tão presente em todas as listas, o olhar de um historiador local certamente implica em possibilidades de análise interessantes para aquele curso.

Outro aspecto a ser destacado é a idade dos livros. Foi argumentado anteriormente que o contexto em que obras dos anos 70 e 80 foram publicadas era totalmente distinto do atual, esse que encara a Ásia como o continente de dois dos países do BRICS e da 2ª e 3ª Economias do mundo. A escolha das bibliografias em se pautarem por manuais publicados décadas atrás cria grandes dificuldades em relacionar a Ásia retratada nessas obras com a Ásia do presente. Isso torna-se evidente em algumas das bibliografias analisadas. A da Universidade Católica de Salvador – que ficou de fora desse trabalho por ser uma privada - por exemplo, apresenta apenas 1 obra publicada na primeira década do século XXI, o manual de John King Fairbank e Merle Goldman, “China – Uma Nova História”⁷³.

Para contrabalancear, a maior parte das obras mais recentes das listas aborda uma temática econômica da Ásia, tomando novamente como ponto de partida o crescimento da economia chinesa. Isso fez com que, com exceção da UnB, todas as demais listas bibliográficas adotassem esse viés economicista, deixando de lado outras temáticas. Essas obras recentes, analisadas mais adiante, são comuns as listas que os abordam, novamente apontando uma falsa idéia de falta de material no mercado editorial brasileiro.

A UnB se destaca na questão do viés econômico por ser a única a sugerir uma análise mais voltada para a história cultural⁷⁴. Para isso, há uma tímida tentativa de introduzir obras que discutam o olhar de um viajante sobre a Ásia e possíveis diferenças culturais – relatos de viajantes. A UnB utiliza então Carlos Drummond de Andrade e seu “Viagem a Grande China”⁷⁵, Marco Polo e seu “Livro das Maravilhas”⁷⁶ e do

⁷² CHENG, Chi-Ping. *Um Resumo da História da China*. Taipei Formosa 1962. A lista da Unisa Digital não apresentou informações sobre a editora ou a cidade de publicação desse livro.

⁷³ Porto Alegre: L&PM, 2008. Esse manual possui uma característica que o difere de todos os outros manuais utilizados pelas Universidades referidas. Escrito inicialmente pelo historiador John King Fairbank, abrangendo uma cronologia que ia da “Pré-História” Chinesa até a Revolução Cultural, a obra foi estendida por uma de suas orientandas, Merle Goldman, que escreveu capítulos sobre a gestão de Deng Xiaoping, Jiang Zenim e Hu Jintao.

⁷⁴ O curso, no entanto, se pautou na prática somente na História Política do Continente, o que ressalta o argumento dito anteriormente de que a análise das bibliografias não implicam em uma análise geral dos cursos a que pertencem.

⁷⁵ DRUMMOND, Carlos. *Viagem à Grande China*. São Paulo. Scritta, 1994.

diplomata brasileiro Luis Paulo Lindenberg, que escreveu “A Revolução Samurai”⁷⁷ a partir de uma pesquisa realizada ao longo da sua estadia no Japão.

Assim, a conclusão que se chega ao analisar as listas bibliográficas das seis Universidades que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa é de que todas elas se apóiam em manuais comuns publicados nos anos 70 e 80, livros esses que já não são capazes de formular perguntas sobre o contexto atual do continente Asiático. Para suprir essa lacuna, quase todas as Universidades adotam alguns livros que abordam um viés econômico da História do Continente, abrindo mão de apresentar novas correntes historiográficas que não a econômica, delegadas a um papel coadjuvante com apenas algumas fontes primárias de personalidades-chave da História Política do continente, e alguns livros publicados em espanhol.

Falta analisar quais obras as listas compartilham, e o que elas revelam sobre o Ensino de História da Ásia no Brasil. Os dados analisados a seguir estão distribuídos ao longo das tabelas 2 e 3 (ver lista de tabelas).

As tabelas evidenciam o número pequeno de manuais gerais utilizados em ambos os cursos. Das 9 categorias, somente “História da Ásia”, “História da China” e “Manuais de Teoria em Geral” possuem obras utilizadas em mais de 2 Universidades. Por pautarem-se em obras mais antigas, novamente há uma sensação de falta de material bibliográfico no mercado brasileiro, algo ilusório de acordo com a argumentação desenvolvida até aqui.

As obras utilizadas por mais de uma Universidade possui, antes de tudo, um papel funcional. A categoria “História da Ásia” apresenta obras que retratam o continente a partir do contato direto com o Ocidente, iniciado com a dominação política e econômica do mesmo por eles em meados do século XIX. As obras utilizadas evidenciam um olhar sobre a Ásia que passa por uma idéia de distanciamento geográfico, do continente visto pelo outro lado do mundo na medida em que passa a interagir de forma mais intensa com ele.

A funcionalidade também está presente em todas as categorias apontadas, mas em especial na “História da China”. Das 5 obras apontadas na Tabela 2, 3 delas têm em sua proposta uma China vista a partir do crescimento econômico a partir dos anos 80. O

⁷⁶ POLO, Marco. O Livro das Maravilhas. Porto Alegre, L&PM, 1985.

⁷⁷ SETTE, Luiz Paulo Lindenberg. A Revolução Samurai. São Paulo, Massao Ohno, 1991.

clássico de Jonathan Spence, “Em Busca da China Moderna”⁷⁸, dedica várias de suas páginas a uma narrativa da História Chinesa que busca compreender os motivos que levaram a fragilidade política e econômica do Império e o que a levou às reformas econômicas de Deng Xiaoping. Evidente dizer que há um esforço em trazer esse debate para os cursos de História. Mas, em comparação com o que está nas estantes das livrarias brasileiras, o número de livros nessa lista é pouco.

Se em “História da Ásia” e “História da China” as obras utilizadas mostram uma prioridade a questões mais urgentes, as demais categorias são praticamente esquecidas. O Japão possui apenas um livro na Tabela 2, assim como a Índia. Em “Manuais de Teoria em Geral”, categoria dedicada a um tipo de análise mais teórica e que envolva outras temáticas além da Ásia, somente duas obras, o citado anteriormente clássico de Edward W. Said “Orientalismo – A Invenção do Oriente Pelo Ocidente” e o livro de Peter Nunnenkamp⁷⁹, que foi encaixada nessa categoria e não a de “História da China” unicamente por discutir modelos econômicos de outras regiões, como os tigres asiáticos.

Temas como a História da União Soviética, História da Indochina e História da Coreia não possuem nenhum livro utilizado por mais que uma Universidade. A primeira apresenta apenas um livro em todas as bibliografias – o trabalho de Angelo Segrillo “O Declínio da URSS: Um Estudo das Causas”, indicativo claro de que as discussões dos cursos tentam priorizar a discussão econômica atual, evitando a temática da Guerra Fria. Sobre a Indochina, dois livros são utilizados apenas: o de Nelson Basic Olic, “A Guerra do Vietnã” e o de Jaime Spitzokovsky, “A Nova Guerra do Vietnã”. Dois títulos que enfatizam o que é abordado sobre o Vietnã.

Por fim, a Coreia. Se há uma atenção, mesmo que mínima, dada a uma guerra que culminou em uma nova dinâmica política e territorial na Indochina, a Coreia sob holofotes na primeira década dos anos 50 é simplesmente ignorada. A provável explicação para esse aspecto talvez seja uma interpretação que tenha a Guerra da Coreia como um fato isolado dentro do continente, uma disputa interna que ganhou atenção de União Soviética e Estados Unidos apenas por uma lógica maior que envolvia a extensão das fronteiras capitalistas ou comunistas até o máximo possível.

Contudo, a noção de um conflito isolado em relação ao resto do continente cai por terra quando se observa os seus efeitos na política externa e interna da China.

⁷⁸ São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁷⁹ Nunnenkamp, Peter. Experiências Asiáticas: modelo para o Brasil? Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

Assim, a ausência de qualquer material sobre a Coreia talvez seja a principal falha de um conjunto de bibliografias que, como dito anteriormente, priorizam alguns centros em detrimento das “periferias” do continente, ignorando assim acontecimentos capitais na história contemporânea do continente. Apesar do pouco material existente⁸⁰, medidas semelhantes às adotadas para o Timor Leste poderiam ajudar a suavizar o problema.

Existe, portanto, um esforço em atualização de temáticas. Contudo, a não-utilização de uma gama de obras disponíveis faz com que as bibliografias tenham recursos escassos para fornecer ao aluno uma visão renovada e de acordo com o contexto político atual, forçando a se apoiar em leituras que tentam compensar o que os manuais tradicionais não preenchem. Mas, ao mesmo tempo, essa compensação empobrece o curso ao deixar de oferecer outras possibilidades metodológicas, pautando-se quase que exclusivamente pelo viés econômico. Apenas a Universidade de Brasília tentou fugir desse padrão, mas ainda não foi capaz de absorver o que há de mais novo na historiografia ocidental sobre a Ásia, e certamente levará um tempo para que o faça enquanto não possuir ao menos um profissional que se dedique exclusivamente para a área.

Os cursos de história da Ásia das universidades federais do país ainda caminham a passos lentos para a atualização bibliográfica, que oferece alternativas para que manuais que abordem a dominação colonial na Ásia estejam nas listas somente como suporte, um clássico junto a abordagens historiográficas renovadas e frescas.

Embora uma visão mais apressada das Tabelas 2 e 3 possa sugerir que existe sim uma abordagem atualizada, é preciso lembrar que ela peca por se pautar somente no aspecto econômico. Os cursos de História da Ásia estão desprovidos de recursos para abordarem o continente a partir do viés cultural, político e social. Evidência disso é a quase ausência de obras que têm como objeto central a configuração política atual do continente ou com questões delicadas no âmbito do senso comum e que uma formação Historiográfica poderia em muito contribuir, como o caso do Tibet⁸¹ e da disputa

⁸⁰ Reconhece-se que a História da Coreia possui poucas obras disponíveis para o estudante universitário. A Biblioteca Central da Universidade de Brasília, por exemplo, possuem apenas dois livros publicados ao longo dessa década, mas todos em inglês. Durante todo o desenvolvimento da pesquisa, não foi encontrado material de qualidade que tenha na Coreia seu objeto central.

⁸¹ O livro já citado de Pomar, “China – Desfazendo Mitos”, possui um interessante artigo sobre o Tibet, onde argumenta que a ideia de uma China opressora e um Tibet oprimido foi desenvolvida na lógica da Guerra Fria como elemento de descrédito a recém-fundada República Popular da China. Para Pomar, o Tibet foi incorporado a China a partir de diversos casamentos entre a corte da Dinastia Yuan e representantes locais, numa espécie de aliança que só foi quebrada quando o Partido Comunista chinês

territorial entre Paquistão e Índia. Eis uma grande razão para que os professores dos cursos procurem diversificar ao máximo seus objetos de estudo, pois ela indica que a Ásia está nas rodas de discussões no âmbito social. É preciso trazê-la para a academia também.

O viés cultural também pode ser explorado com as opções que o mercado editorial possui. A Editora da Universidade de Brasília publicou em 2003 uma coleção de textos de Gilberto Freyre intitulada “China Tropical”⁸² ilustram a idéia de que diversos elementos do Oriente, em virtude do trânsito comercial e marítimo português, foram incorporados e mantidos por receptores brasilianistas⁸³, revelando assim uma maior aproximação cultural entre a América portuguesa e um Oriente que, na visão tradicional de História, é visto como um elemento exótico e distante. Difícil pensar em uma discussão mais interessante em uma turma de estudantes brasileiros sobre a Ásia e possíveis heranças culturais.

Por fim, é necessário que as Academias brasileiras se conscientizem mais sobre a importância de uma formação em Ásia nas graduações em história. Desde as Diretrizes Curriculares Nacionais publicadas no Parecer do Conselho Nacional de Educação e da Câmara Superior de Educação no. 492/2001 há a obrigatoriedade dos currículos de incorporarem a história da África, por acreditarem que é possível fazer uso dela para melhor compreensão da formação cultural brasileira. Falta a inclusão do estudo sobre a Ásia, na medida em que ela estava incorporada no sistema de economia-mundo ligada ao transporte marítimo português - portanto exportava produtos e determinados elementos culturais para as colônias portuguesas, como aponta o estudo de Gilberto Freyre – e que ela hoje detém a maior parcela da população mundial e o maior índice de crescimento econômico, tornando impossível para qualquer país do mundo ignorá-la. A Ásia hoje é essencial para a compreensão do Brasil do presente. Cabe agora aos Departamentos de História descobrir como aproveitar os recursos que o mercado oferece.

aboliu privilégios seculares dos lamas. Certamente a discussão desse conjunto de idéias, contrapostas a uma análise “Pró-Tibet”, seria bastante enriquecedor.

⁸² Brasília: Editora UnB, 2003. A razão dessa obra não estar presente no material apresentado no segundo tópico do texto é por estar registrada na categoria “Sociologia” e não tratar especificamente da Ásia. O livro de Gilberto Freyre é uma mostra de que ainda o material utilizável vai muito além do apresentado aqui.

⁸³ Nomenclatura utilizada por Luis Felipe de Alencastro para indicar os habitantes da colônia portuguesa da América. *Ibid.*

Conclusão

Antes de concluir, é necessário enfatizar a ressalva apresentada na introdução: a breve análise realizada na legislação e nas bibliografias dos cursos levantada de forma alguma oferece uma visão total e ampla sobre a temática da história da Ásia. Não seria surpresa se determinados cursos que o processo de pesquisa desse texto não alcançara apresentem aspectos distintos dos que foram vistos aqui.

Contudo, se não há uma análise completa e baseada em um número maior de fontes primárias, esse texto buscou cumprir um papel: a de trazer acadêmicos e alunos da academia à reflexão acerca do papel que possuem como elite intelectual do país e o do seu caráter devedor perante uma sociedade que os financia. A universidade deve fomentar o desenvolvimento de pesquisas de acordo com as necessidades de cada área, mas também deve pensar em oferecer algum tipo de retorno à instituição social. Esse texto buscou em toda a sua extensão o convencimento de que a história da Ásia deve ser incluída nesse processo.

Deve-se destacar que os tempos atuais são bastante promissores para quem busca se dedicar a área. Quase todos os meses há revistas nas bancas de jornal lançando algum tipo de especial sobre o oriente em geral. O desenvolvimento econômico da China a tornou figura carimbada em telejornais e revistas como *Veja*, *Época*, *Carta Capital*, dentre outras. Nunca se buscou saber tanto sobre as relações sino-brasileiras, sobre a Coreia do Sul (que recebeu os jogos da Copa do Mundo de 2002, vencida pelo Brasil, e que possui sólidos laços comerciais com o Brasil), a Índia e seus call centers. A questão árabe também deve ser lembrada, com os acontecimentos recentes na Síria e na eterna questão árabe-israelense, atualmente em uma espécie de trégua, mas que volta a ocupar espaço nos jornais de tempos em tempos.

Esse modelo de análise não implica apenas em um único conjunto homogêneo, um único bloco conhecido como “Ásia”, o que transparece bastante nas bibliografias de cursos analisadas aqui. Todas buscam oferecer uma visão ampla sobre a Ásia, mas mesmo os recortes geográficos são diferentes. Apenas uma incluiu um livro sobre o Vietnã e outros recortes menos convencionais, tais como o Paquistão. Como toda pesquisa e averiguação histórica, a artificialidade ao englobar diversas ideias em um único conceito é inevitável. Mas essa mesma possibilidade permite que os cursos sejam

elásticos o suficiente para se adaptar às especificidades e necessidades do local em que se estuda. Em cada uma das bibliografias analisadas é possível ver que elas foram pensadas a partir de uma ideia-chave. Uma análise mais profunda das pretensões locais ao estudar a história da Ásia pode ser um caminho interessante em outro trabalho.

O conteúdo exposto nesse texto também permite concluir que há um certo descompasso entre a evidência da Ásia nos ambientes fora da universidade e dentro dela. Um exemplo concreto disso é que, durante o ano de 2010, não houve sequer uma publicação científica especializada em Ásia no país⁸⁴.

O mercado editorial brasileiro consiste num exemplo interessante sobre o que se compreende como Ásia. Livros sobre China obviamente possuem mais atenção, mas a quantidade de objetos e temas retratados é admirável (especialmente o catálogo da Companhia das Letras, editora com maior número de publicações acerca da Ásia no país). Além da quantidade de objetos e temáticas diferentes, o catálogo disponível no Brasil é recente, apresentando assim – supõe-se – propostas historiográficas diferentes das obras dos anos 70 e 80. São, portanto, livros que conhecem o diferenciado status que a Ásia possui no mundo. Embora essas obras estejam entrando na academia a passos pequenos – seja por uma dificuldade compreensível dos profissionais em acompanhar as obras publicadas, seja por certo conservadorismo acadêmico – a existência por si só já dá ao estudante de graduação (alunos de pós-graduação também podem ser incluídos) maiores possibilidades que inexistiam a 20 anos. O Brasil ainda caminha a passos lentos na formação de grupos de pesquisa em história da Ásia, mas o material de suporte não só existe como é de boa qualidade.

Embora a legislação brasileira não possua nenhuma linha que aborde diretamente a área de história da Ásia – privilégio esse que só as áreas de história afro-brasileira e indígena possuem – ela contribui na medida em que adota, a partir do parecer do Conselho Nacional de Educação no. 492/2001, como estandarte o distanciamento do currículo “camisa de força” e a adoção de novos objetos no currículo dos cursos de graduação. É verdade que o documento ainda possui alguns resquícios de conservadorismo – como a divisão do conteúdo histórico entre básicos e complementares – mas é perfeitamente possível se apoiar no discurso adotado pelo documento de produzir um profissional atento às transformações que acontecem no

⁸⁴ De acordo com o banco de dados da CAPES.

mundo como um elemento que torna legítimo a necessidade de contratação na área de história da Ásia pelos departamentos de história espalhados pelo país.

Conclui-se assim a ideia de oferecer um “cartão de visitas” para que os profissionais em história repensem o seu papel como agentes de produção do conhecimento. Se os argumentos não tiverem sido suficientes, retoma-se o exemplo inicial desse texto da grande demanda dos alunos da UnB. O interesse existe não apenas fora da universidade, mas também dentro dela.

Bibliografia

Obras:

COSTA, Antonio Luiz M. C. “Apostas no futuro – A visita de Dilma Rousseff à China precisa ajustar e aprofundar as relações com nosso maior parceiro”. In: *Revista Carta Capital*. São Paulo: Ed. Confiança, 2011, 04, 20. 82 páginas.

DURHAM, Eunice Ribeiro. WEBER, Silke. FIGUEIREDO, Vilma de Mendonça. *Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 27/10/2011, às 14:47

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva guimarães. ZAMBONI, Ernesta (org.). *Espaços de Formação do Professor de História*. Campinas: Papirus, 2008

FUJITA, Edmundo S. (org). *O Brasil e a Ásia no Século XXI: Ao Encontro de Novos Horizontes*. Brasília, IPRI, 2003. Disponível em:

http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=198&Itemid. Acesso em 27/10/2011, às 14:23.

Lei no. 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em:

http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf. Acesso em 27/10/2011, às 14:50.

POMAR, Wladimir. *China – Desfazendo Mitos*. São Paulo: Editora 13 e Publisher Brasil, 2009.

PROCÓPIO, Argemiro. *O Século da China*. Curitiba: Ed. Juruá, 2010

Sites:

Base de dados de importação/exportação do MDIC –

<http://www.mdic.gov.br//sítio/interna/interna.php?area=5&menu=2477&refr=576>.

Acesso em 27/10/2011, às 14:38.

“Brasil reconhece estado palestino oficialmente”. –

<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/12/brasil-reconhece-estado-palestino-oficialmente.html> . Acesso em 27/06/2011, às 16:19

“China passa Japão e é 2ª maior economia mundial” –

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110214_china_japao_economia_rw.shtml. Acesso em 27/10/2011, às 14:17.

“China se torna principal parceiro comercial do Brasil” -

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9041>. Acesso em 27/10/2011, às 14:36.

“Dilma diz que Brasil não quer ser apenas parceiro comercial da China” -

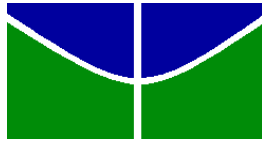
<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/04/dilma-diz-que-brasil-nao-quer-ser-apenas-parceiro-comercial-da-china.html>. Acesso em 24/06/2011, às 12:49.

“Lucélia Santos é reconhecida na China por novela” –

<http://diversao.terra.com.br/gente/noticias/0,,OI3527601-EI13419,00-Lucelia+Santos+e+reconhecida+na+China+por+novela.html>. Acesso em 1/10/2011, às 14:57.

Filmes:

Barra 68 – Sem Perder a Ternura. Vladimir Carvalho. Folkino Produções Cinematográficas. 2001.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Valter Halysom Leal da Silva, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁSIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS – SUA RELAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO E O MERCADO EDITORIAL (2001 – 2011)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, ____ de _____ de 2011

VALTER HALYSON LEAL DA SILVA

R.G.: 2.674.556 - SSPDF